de Lisboa, sita na Avenida dos Estados Unidos da América, 75, 2.º, Lisboa.

11.2 — A lista de classificação final será publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

12 — Constituição do júri:

Presidente — Maria Manuela Geraldês Lucas, assistente graduada de saúde pública.

Vogais efectivos:

1.º Maria Mafalda Monteiro Vieira de Castro Sousa Chaves, assistente graduada de saúde pública.

2.º Teresa Maria Pestana Gonçalves, assistente graduada de saúde pública.

Vogais suplentes:

1.º Regina Guedes da Silva Mendes Lourenço, assistente graduada de saúde pública.

2.º Eduardo João Macias Melo Magalhães, assistente graduado de saúde pública.

13 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

14 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

11 de Julho de 2006. — A Coordenadora, *M. Manuela Peleteiro*.

Administração Regional de Saúde do Norte

Sub-Região de Saúde de Vila Real

Despacho n.º 16 609/2006

Por despacho do coordenador da Sub-Região de Saúde de Vila Real de 28 de Julho de 2006, no uso de competência delegada, Luís Pedro da Silva Guerra foi nomeado na categoria de motorista, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 1 de Agosto de 2006, para provimento de um lugar no quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde de Vila Real, Centro de Saúde de Mesão Frio. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — O Director de Serviços de Saúde, *João Luís Moreira Mocho*.

Despacho n.º 16 610/2006

Por despacho do coordenador da Sub-Região de Saúde de Vila Real de 28 de Julho de 2006, no uso de competência delegada, Maria Manuela Cardoso Teixeira Costa foi nomeada na categoria de telefonista, por urgente conveniência de serviço, para provimento de um lugar no quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde de Vila Real, Centro de Saúde de Ribeira de Pena. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — O Director de Serviços de Saúde, *João Luís Moreira Mocho*.

Direcção-Geral da Saúde

Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde

Aviso n.º 8442/2006

Devidamente homologada por deliberação do conselho de administração de 12 de Julho de 2006, e por já ter sido emitida declaração de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, 12.ª Delegação, e nos termos do n.º 66 da secção VII da Portaria n.º 177/97, de 11 de Março, a seguir se publica a lista de classificação final do concurso interno geral para provimento de dois lugares de chefe de serviço de medicina interna, da carreira médica hospitalar, do quadro

de pessoal deste Centro Hospitalar, aberto pro aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 12 de Janeiro de 2006:

Valores

1.º Joaquim Monteiro da Silva	18,53
2.º Isabel Maria Castro Valério Jesus	16,63
3.º António Agripino Costa Oliveira	16,35
4.º Maria Lúcia Pereira Marinho	15,54

Nos termos do n.º 67 da secção VII da Portaria n.º 177/97, de 11 de Março, os candidatos dispõem de 10 dias úteis a contar da data da publicação da presente lista para recorrerem.

Em caso de recurso, a petição deverá ser dirigida ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde e dar entrada neste Centro Hospitalar.

13 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Torcato José Soares Santos*.

Hospital Distrital de Faro

Aviso (extracto) n.º 8443/2006

Por despacho de 23 de Junho de 2006 do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Algarve, José Luís Jesus Claro, assistente graduado de clínica geral do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Olhão, foi autorizado a prestar serviço neste Hospital, em regime de requisição, com efeitos a partir de 3 de Julho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Julho de 2006. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Hospital Doutor José Maria Grande

Aviso n.º 8444/2006

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe, área financeira, da carreira técnica superior

1 — Por deliberação do conselho de administração do Hospital Doutor José Maria Grande, Portalegre, de 24 de Junho de 2006, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o provimento de um lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe, na área financeira, da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 415/96, de 27 de Agosto.

2 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

4 — Legislação aplicável ao presente concurso — o presente concurso rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Agosto, pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 175/95, de 21 de Julho, 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho, e nos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, bem como as disposições aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

5 — Conteúdo funcional — compete, genericamente, ao técnico superior conceber, adoptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos, elaborando estudos, de âmbito geral ou especializado, executados com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior na área financeira.

6 — Remuneração e condições de trabalho — o vencimento é o previsto no anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho. As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.